

**ARENDDT, Hannah. *A promessa da política*. Trad. Pedro Jorgensen Jr. [S.l.]: Difel, 2009. 288 p.**

Marina López\*

Hannah Arendt é uma das figuras filosóficas do século XX que mais literatura produziu nos últimos anos. Entre as publicações coletivas que se fazem sobre a sua obra e as várias traduções para o português dos seus manuscritos inéditos ou publicados em distintas revistas e jornais norte-americanos, é complicado imaginar a quantidade do seu legado filosófico. Os últimos dois anos, por exemplo, viram a aparição dos apontamentos que Hannah Arendt escreveu acerca da influência de Karl Marx no bolchevismo (e a sua proximidade com a tradição de pensamento político ocidental), umas notas que foram o princípio de elaborações teóricas tão complexas como as que podemos encontrar em *A condição humana*. Os apontamentos sobre Karl Marx e a tradição de pensamento político ocidental e as reflexões sobre a revolução húngara são leituras obrigadas para quem se interesse em aprofundar acerca das opiniões que tinha a filósofa sobre o totalitarismo soviético e o seu desenrolar posterior à Segunda Guerra Mundial. Infelizmente ainda não aparece uma versão portuguesa, mas sim uma espanhola.<sup>55</sup> Por outra parte, há que considerar *Responsabilidade e juízo*<sup>56</sup>, um livro composto pelas conferências, lições e ensaios que Hannah Arendt ofereceu e publicou depois do processo de Eichmann. Todos eles, com exceção de “Reflections on Little Rock”, estão atravessados pela inquietude de descrever a maneira de vida das capacidades de pensar e julgar que compõem as duas partes de *A vida do espírito*.<sup>57</sup> As perguntas sobre a responsabilidade pessoal, o dever político e a discriminação são algumas das preocupações teóricas com as que encontramos no livro.

A compilação de que agora me proponho dar conta apareceu em 2009: *A promessa da política*. Não é um livro, tal como os outros dois mencionados, que Hannah Arendt se tivesse proposto escrever e publicar como tal e com o título com que o conhecemos. É uma compilação que o seu editor, Jerom Kohn, fez de vários textos soltos que abordam duas

---

\* Doutoranda e Mestra em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da *Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo* – UMSNH, *Morelia Michoacán* – México, [calalili@gmail.com](mailto:calalili@gmail.com).

<sup>55</sup> ARENDT, Hannah, *Karl Marx y la tradición de pensamiento político occidental*, Ed. De Agustín Serrano de Haro, Madrid, Editorial Encuentro, 2007.

<sup>56</sup> ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Juízo*. Dom Quixote, 2007.

<sup>57</sup> ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*. Tradução de Cesar Augusto de Almeida, Antônio Abranches, Helena Martins. Civilização Brasileira, 2009.

temáticas semelhantes: o final da tradição de pensamento político e filosófico ocidental e o sentido da política, não só em termos históricos mas, mais que nada, como atividade inerente à existência dos seres humanos. Os textos que formam este volume correspondem a apontamentos sobre livros que não foram nunca escritos, bem como de algumas entradas do *Diário filosófico* da filósofa, inédito em português, mas publicado em espanhol em 2006 como parte das comemorações do primeiro centenário do nascimento de Hannah Arendt.<sup>58</sup>

Os temas que aborda Hannah Arendt neste livro, dizíamos, são dois: as origens e desenvolvimentos da tradição do pensamento ocidental e o sentido da política. Ambas as temáticas são importantes em si próprias, mas o contexto a partir do qual o que Arendt reflete é muito mais significativo, e o seu editor leva-nos pela mão até à sua compreensão: o livro conta com um epílogo que careceria de importância se não nos remetesse para as condições teóricas e vitais do mundo no qual nos movemos, ainda que não seja estritamente falando o mesmo em que se instalou Hannah Arendt para pensar. O niilismo de que se acusa Nietzsche de ser o principal descobridor é o solo a partir do qual é possível encontrar sentido para a pergunta de Leibniz, Schelling e Heidegger “porque existe algo e não nada?” Uma pergunta que, diz Arendt, pode entender-se como niilista e não obstante representa as possibilidades de evitar que o mundo seja um deserto onde nem os oásis (como o isolamento do artista, a solidão do filósofo e as relações não mundanas como o amor ou a amizade) possam aparecer. Pensar e aceitar que o mundo é um deserto, assinala Arendt, é permitir que as tempestades de areia que nele existem ponham em perigo as duas faculdades que nos capacitam para transformar esse deserto num mundo: a conjugação da ação e da paixão que permitem a atualização do sofrimento e, com ela, a resistência ao advento do nada, ou do ninguém, que impera no deserto.

O esforço de Arendt nos primeiros ensaios do livro consiste em evidenciar que a atividade do pensamento não está renhida com as atividades do ser humano capaz de ação, esta ruptura (um preconceito que atravessa toda a história da filosofia de Platão e Aristóteles) deveu-se mais às confusões que apareceram em torno das capacidades do filósofo de contemplar a verdade nas idéias, um reino que Platão instituiu como o espaço de vida filosófica, um ideal que teria que expandir-se a todas as esferas da vida humana. Mas, para Hannah Arendt é Sócrates antes mesmo que o próprio Platão ou Aristóteles quem assinala que as tarefas do filósofo no interior da polis, que não consistem no governo do filósofo como detentor da verdade pelo seu treinamento na contemplação das idéias, mas pela sua

---

<sup>58</sup> ARENDT, Hannah. *Diário filosófico* (II Tomos). Barcelona: Herder, 2006.

compreensão de que não é possível ter a verdade absoluta das coisas. “O papel do filósofo não é o de governar a cidade, mas o de ser um ‘tábano’, não é o de dizer verdades filosóficas, mas o de fazer os cidadãos mais vorazes”. Esta mesma intuição foi o que condenou Sócrates e a condição de toda a distância entre a vida filosófica e a vida política posteriores à origem não do pensamento filosófico como tal, mas ao que conhecemos agora como a sua tradição.

Esta idéia, a compreensão da presença de uma tradição, é o que leva Arendt a descrever a própria noção de tradição nas suas origens que não foram gregos mas romanos. Foi em Roma, o povo político por excelência, e não na Grécia onde apareceu a necessidade da história, da reflexão sobre o passado como um solo onde pousam as grandes criações humanas, onde, portanto, a autoridade teve uma legitimidade e um papel objetivo no mundo humano; duas realidades, tradição e autoridade, que não puderam ter-se instaurado sem a presença da religião. Na crença de um fundamento sagrado que sustém o fundado pela humanidade, ou seja, o espaço público-político. A importância desta tríade romana, uma tríade cuja ruptura na Época Moderna evidencia que com a ausência de uma as outras duas perdem todo o seu significado. Mas estas mesmas experiências políticas romanas transcendem até aos nossos dias porque só a partir da fundação da *civitas* encarnada na tradição pode preservar-se o pensamento filosófico grego, guardar-se o sentido dos mitos fundacionais e a importância das narrações das grandes gestas como o fundamento de toda a experiência da pluralidade que não é mais que a humanidade inteira.

Esta tradição não terminou, segundo as considerações de Hannah Arendt, com a queda do Império Romano, mas com as inversões e reversões dos filósofos do século XIX, Marx e Nietzsche, sobre as filosofias de Hegel e Platão. A mais influente das duas no campo da política foi a de Marx, que considerou o presente unicamente como um trampolim para o futuro, ao contrário de Hegel para quem só o passado existia e o presente era o momento da realização do absoluto. A noção de autoridade desapareceu nas tentativas de Marx de outorgar a certas realidades sociais e econômicas o destino da humanidade. Não que, desde esta perspectiva, se negue o valor das descobertas de Marx, simplesmente Hannah Arendt desvela o significado que as suas teorizações tiveram para a tradição de pensamento que baseava os seus fundamentos na autoridade, na religião e na tradição. O fio dessa tradição ficou partiu-se, diz Arendt, desde esse momento e pela primeira vez, e não podemos explicá-lo por tendências intelectuais, mas pelo advento de uma época que crê no progresso absoluto.

A segunda parte dos temas que aborda Arendt no livro corresponde ao sentido da política. As considerações de Hannah Arendt a respeito estão contidas no texto “Introdução à política” que não é uma aproximação à política entendida como disciplina teórica, mas a

descrição dos tópicos centrais do que é a política, segundo a autora. O texto pode ser entendido como uma série de escólios à *A condição humana*, do mesmo modo que o resto das partes que conformam o livro, onde ficam conceitos ou precisões históricas sem fazer ou clarificar. Nesta parte Hannah Arendt abunda no sentido da pluralidade que havia conectado em *A condição humana* a outras duas atividades da vida ativa (o trabalho e o labor) e dedica-lhe extensas explicações. Descreve as peculiaridades da compreensão, da noção de juízo e preconceito e o seu lugar no interior do campo da política. Responde, por último, ao sentido da política hoje: se existe tal sentido, diz Arendt, é a liberdade, condição necessária da pluralidade, ou seja, da humanidade.

Cada uma das partes que compõe *A promessa da política* tem uma significação de suma importância para a compreensão da obra de Hannah Arendt, e é de agradecer e celebrar o esforço constante de poder ler em português cada um dos aspectos que a filósofa abordou em distintos momentos da sua vida. Mas cabe também fazer a pergunta: qual é o sentido de publicar compilações de artigos e conferências que muitas das vezes nem sequer foram considerados para sua publicação pela própria Arendt? Não se torna excessivo o anseio de publicar textos antes de compreender as obras capitais da sua filósofa, de lucrar com o pensamento de uma autora cuja lucidez nos faz compreender, em duas palavras, que o nosso mundo está de pernas para o ar?

Traduzido do espanhol por Susana Guerra